



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PR
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS – LICENCIATURA**

KAROLINE BUENO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ

LARANJEIRAS DO SUL

2017

KAROLINE BUENO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Ms. Alex Verdério

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Bueno, Karoline
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A EXPERIÊNCIA DO
COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ/ Karoline Bueno. --
2017.
58 f.

Orientador: Alex Verdério .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Interdisciplinar Em Educação do Campo Ciências Sociais e
humanas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Projeto Político Pedagógico. 2. Colégio Estadual
do Campo José Martí . 3. Educação do Campo. I. , Alex
Verdério, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.



KAROLINE BUENO

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL
DO CAMPO JOSÉ MARTÍ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Laranjeiras do Sul*.

Orientador: Prof. Me. Alex Verdério

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

28 / 11 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Alex Verdério

Prof.ª. Dr.ª. Marciane Maria Mendes

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

A todos os trabalhadores que fazem de sua luta motivação para seguirmos lutando por uma sociedade justa, e a todos aqueles que acreditam na educação e fazem dela sinônimo de libertação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por conceder saúde e força para superar as dificuldades vividas diariamente.

À Universidade Federal da Fronteira Sul pelo seu caráter popular de abertura aos Movimentos Sociais, condição que possibilitou a minha inserção neste curso.

Agradeço aos professores do curso pela rica troca de conhecimentos que contribuíram para minha formação não apenas profissional, mas também enquanto ser humano.

À turma Paulo Freire pela troca de experiências e aprendizados durante estes anos de curso, amigos e companheiros que levarei comigo durante toda jornada da vida.

Ao meu orientador Alex Verdério, pela paciência e dedicação na orientação deste trabalho, agradeço pelo empenho e por todo conhecimento adquirido que impulsionou a conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

Às famílias do Assentamento Oito de Abril e ao Colégio Estadual do Campo José Martí que participam como protagonistas na elaboração desta pesquisa.

À minha família, pai, mãe, irmãos e ao meu noivo pelo incentivo e apoio incondicional que me possibilita a conclusão do curso.

E a todos que direta e indiretamente contribuíram para esta pesquisa o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho sistematiza a experiência do Colégio Estadual do Campo José Martí na contínua construção de seu Projeto Político Pedagógico. Sendo assim, estabelece como objetivo a necessidade de refletir sobre a conquista do Colégio Estadual do Campo José Martí e o movimento contínuo de elaboração de sua proposta político-pedagógica no contexto de luta do MST e de afirmação prático-teórica da Educação do Campo. Tendo como objetivos mais específicos: Rememorar e sistematizar a história de luta e conquista do Colégio Estadual do Campo José Martí; Refletir sobre o debate acerca da Educação do Campo e a Educação do MST, em diálogo com a realidade do Colégio Estadual do Campo José Martí; Relatar e analisar o processo contínuo de elaboração da proposta político-pedagógica da escola, em conexão com o debate da Educação do Campo. Dessa forma o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo será abordada a história do Colégio Estadual do Campo José Martí e a história de luta pela terra na constituição do Assentamento Oito de Abril, espaço que é dado como palco para a constituição da escola. O segundo capítulo tem como proposição realizar um estudo bibliográfico sobre a proposta pedagógica do MST e a Educação do Campo no contexto da escola, promovendo um estudo sob as perspectivas de educação apontadas em referenciais elaborados bem como diretrizes, artigos, livros e dossiês. O terceiro capítulo aprofunda a análise sobre o Projeto Político Pedagógico do Colégio José Martí dialogando com as perspectivas da Comunidade Assentada, da Equipe Pedagógica e dos Educandos referente à educação escolar. Como análise metodológica utilizou-se o Diário de Campo, com a realização de entrevistas e diálogos nos períodos de Tempo Comunidade do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas. Nas considerações finais foram recuperados como elementos centrais, a luta pela educação protagonizada pelas famílias do Assentamento Oito de Abril e a necessidade de construir um Projeto Político Pedagógico e uma escola que dialogue com os princípios organizativos do MST e da Educação do Campo, através do comprometimento do Colégio Estadual do Campo Jose Martí e a participação efetiva da Comunidade.

Palavras-Chave: Projeto Político Pedagógico. Assentamento Oito de Abril. Colégio Estadual do Campo José Martí. Educação do Campo. MST.

ABSTRACT

The present study explores the experience of the State College of José Martí Field in the continuous construction of your Pedagogical political project . Thus, establishes the need to reflect on the conquest of the State College of José Martí Field and the continuous movement of your political-pedagogical proposal in the context of the struggle of the MST and practical-theoretical statement of education Field. Having more specific objectives: Commemorating and systematize the story of struggle and conquest of José Martí field State College; Reflect on the debate about the Education and the education of the MST, in dialogue with the reality of José Martí field State College; Report and analyze the continuous process of development of political-pedagogical school proposal in connection with the discussion of the Education field. In this way the work is organized in three chapters. In the first chapter will be discussed the history of the State College of José Martí Field and the story of the struggle for land in the Settlement Oito de Abril, space that is given as a stage for the establishment of the school. The second chapter has as proposition bibliographic study about the educational proposal of the MST and the Education of the field in the context of the school, promoting a study under the perspectives of education pointed out in elaborate frames as well as guidelines, articles, books and dossiers. The third chapter deepens the analysis of the Pedagogic political project of José Martí School dialoguing with the perspectives of Community Based, Pedagogical staff and Students regarding school education. As a methodological analysis we used the field journal, with interviews and dialogues in periods of time Interdisciplinary Course community in the Education field: social sciences and humanities. In the final considerations were recovered as key elements, the struggle for education led by the families of the settlement on April 8 and the need to construct a Pedagogical political project and a school that dialogue with the MST and the organisational principles Field education, through the commitment of State College Jose Martí field and the effective participation of the community.

Keywords: Pedagogical Political Project. Settlement Oito do Abril. Field State College Jose Martí. Field education. MST.

LISTA DE SIGLAS

AEC-PR – Associação de Educação Católica do Paraná
Apeart – Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário
APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CECJ – Colégio Estadual do Campo José Martí
CNEC – Conferência Nacional por uma Educação do Campo
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT-PR – Comissão Pastoral da Terra – Paraná
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CSH – Ciências Sociais e Humanas
EJA – Educação de jovens e adultos
ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSPDOC- Movimentos Sociais Populares do Campo
NRE – Núcleo Regional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEED/PR – Secretaria Estadual de Educação do Paraná
TAC – Técnico em administração de cooperativas
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR – Universidade Federal do Paraná
Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ASSENTAMENTO OITO DE ABRIL E A CONQUISTA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ.....	13
2.1	ASSENTAMENTO OITO DE ABRIL	13
2.2	CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA	18
2.3	COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ.....	19
3	EDUCAÇÃO NO MST E EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	23
3.1	A EDUCAÇÃO NO MST	23
3.2	O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	28
3.3	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	34
4	PROPOSTA PEDAGÓGICA COMO CONSTRUÇÃO CONTÍNUA – A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ.....	39
4.1	COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	39
4.2	A COMUNIDADE ASSENTADA E AS PERSPECTIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	42
4.3	COLÉGIO JOSÉ MARTÍ A CONTÍNUA CONSTRUÇÃO DE SUA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A temática de pesquisa proposta se consolida e mantém vínculos com a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, que por sua vez, assume a luta pelo direito de acesso à terra e a uma Reforma Agrária Popular que se apresenta como uma luta mais ampla, reivindicando não só o acesso a terra, mas também o direito à moradia, à saúde, à educação, entre outros. Nessa perspectiva, o tema de estudo aqui assumido, retrata a luta das famílias do Assentamento Oito de Abril para a conquista da terra, mas também pela escola que sempre esteve presente como preocupação para os assentados. O Assentamento Oito de Abril fica localizado no município de Jardim Alegre, na região Norte Central do Paraná.

O presente trabalho se volta para o processo histórico do Assentamento, buscando contextualizar e refletir sobre a prática pedagógica do Colégio Estadual do Campo José Martí e o atual momento de transição e reformulação de um Projeto Político Pedagógico (PPP) voltado à realidade dos sujeitos e construído coletivamente pelos mesmos.

Destaca-se o vínculo desta pesquisadora com o objeto de estudo, e com a própria existência do Assentamento Oito de Abril. Foi nesta escola em que estudei durante toda a Educação Básica e ao longo desses anos contribuiu muito para minha formação e também na construção de minha identidade enquanto militante do MST. Atualmente, por estar cursando o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), foi despertado o interesse de analisar a realidade da escola no Assentamento, compreendendo-a como uma história que precisa ser lembrada, tendo em conta ainda, a estima que tenho com o protagonismo das lutas vividas pelo povo do Assentamento Oito de abril. Nesse sentido, destaca-se também, a necessidade de contribuir como sujeito participante da realidade, através de relato documental e da sistematização do processo contínuo de construção da proposta político-pedagógica do Colégio Estadual do Campo José Martí (CECJM).

¹ No decorrer do texto para referir-se ao MST serão utilizadas as expressões Movimento com inicial em letra maiúscula, bem como, Movimento Sem Terra.

Para orientar este trabalho foi fundamental traçar os objetivos da pesquisa. Assim, definiu-se como objetivo geral refletir sobre a conquista do Colégio Estadual do Campo José Martí e o movimento contínuo de elaboração de sua proposta político-pedagógica, no contexto de luta do MST e de afirmação prático-teórica da Educação do Campo. E mais especificamente, foram elencados como objetivos específicos i) Rememorar e sistematizar a história de luta e conquista do Colégio Estadual do Campo José Martí; ii) Refletir sobre o debate acerca da Educação do Campo e a Educação no MST, em diálogo com a realidade do Colégio Estadual do Campo José Martí; iii) Relatar e analisar o processo contínuo de elaboração da proposta político-pedagógica da escola, em conexão com o debate da Educação do Campo.

Nesse sentido, elaborou-se num primeiro momento a Carta de Intenção de Pesquisa, sistematizada como proposta inicial de pesquisa, estando esta atividade vinculada à disciplina de Iniciação à prática científica do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – CSH da UFFS, trabalho que posteriormente deu base para a elaboração do Projeto de Pesquisa, e que agora se traduz neste Trabalho de Conclusão de Curso.

A presente pesquisa assume como instrumentos para produção e análise de dados junto ao referencial empírico a pesquisa bibliográfica (artigos, dossiês, diretrizes e livros) e o diário de campo. Este último destaca-se como instrumento de registro das observações e das entrevistas semiestruturadas organizadas a partir das questões direcionadas ao objetivo deste trabalho. Por meio das entrevistas, num primeiro momento foram registradas as percepções dos entrevistados sobre a atual proposta político-pedagógica, dando corpo ao que foi denominado como marco situacional. O segundo bloco das questões que orientaram as entrevistas teve por eixo as perspectivas postas para a construção de uma nova proposta pedagógica e a própria reestruturação do PPP, considerando a participação coletiva da Comunidade Escolar neste processo.

Assim, para a produção dos dados junto ao referencial empírico, foram realizadas nos períodos de tempo comunidade² entrevistas referentes às questões

² Período dentro do regime de alternância do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Sociais e Humanas destinado a estudo e pesquisas dos acadêmicos em suas comunidades.

pedagógicas e organizativas da escola. Neste contexto, foram entrevistadas a pedagoga e a diretora do Colégio Estadual do Campo José Martí, dois educandos do Ensino Médio e um integrante da Comunidade. Como pesquisa bibliográfica foram realizados estudos de textos e análises que dialogassem com a temática proposta para este trabalho.

Deste modo, elaborou-se este Trabalho de Conclusão de Curso, que organizado em três partes, traduz o processo de pesquisa, apresentando seus resultados. O primeiro capítulo apresenta um breve histórico do Assentamento Oito de Abril, bem como a conquista do Colégio Estadual do Campo José Martí, onde se explicita o processo de luta dos assentados, desde a época de Acampamento para a concretização da conquista da terra. Neste capítulo, também é resgatada a luta pela educação presente desde o início nas reivindicações dos acampados. No segundo capítulo são abordadas as análises bibliográficas a partir do estudo teórico de referenciais da Educação do Campo, abordando também os fundamentos e a prática em relação à educação no MST e, como ambas, se constroem na perspectiva de uma educação que se vincule à luta dos povos trabalhadores do campo. Já no terceiro capítulo é feita uma análise acerca do PPP do Colégio Estadual do Campo José Martí e as perspectivas para construção de um novo projeto em conexão com o debate da Educação do Campo.

2 ASSENTAMENTO OITO DE ABRIL E A CONQUISTA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ

Este capítulo buscou inicialmente rememorar a luta das famílias do Assentamento Oito de Abril, luta esta que permitiu a conquista da terra. No segundo momento, volta-se para a luta pela constituição do Colégio Estadual do Campo José Martí e o processo de organização da escola.

2.1 ASSENTAMENTO OITO DE ABRIL

O Assentamento Oito de Abril está localizado no Município de Jardim Alegre, na região Norte Central do estado do Paraná. O Assentamento fica localizado na área da antiga Fazenda Corumbataí ou popularmente reconhecida como Fazenda Sete Mil, que era tida como propriedade de Flavio Pinho de Almeida. A história desse Assentamento se consolida pela forte luta dos camponeses vinculados ao MST, para reivindicar o direito de acesso a terra e um lugar digno para morar.

De acordo com Mendonça (2013) a Fazenda Corumbataí contava com uma área de aproximadamente 13.788 hectares. Nesta área havia o predomínio de pastagem (capim colonião), criação de gado de corte (aproximadamente 14 mil cabeças), cavalos, uma pequena plantação de *pinus* e 309,7 hectares de café, havia também 20 famílias que moravam ali como caseiros e peões da fazenda.

No ano de 1996, através do trabalho de base³ feito pelo MST com pequenos agricultores e outros trabalhadores sem-terra da região, estes começaram a se mobilizar para organizar o Acampamento. Após esse processo inicial de organização os trabalhadores acamparam na BR 466 entre os municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã, por considerarem que ali seria um espaço estratégico para de fato evidenciar junto à sociedade a realidade e a luta das famílias que ali estavam.

³ “O trabalho de base é o coração do movimento” [...] “Através do trabalho de base os integrantes do MST conversam com a sociedade, fazem palestra, divulgam o movimento, fazem mobilizações, divulgando a paz do povo. Buscam novas famílias, levam informação do movimento e buscam informação do vizinho”. (JAUER, 2010 apud MENDONÇA, 2013. p. 22).

As famílias permaneceram acampadas na BR 466 por cerca de sete meses, período que os acampados relatam ser de muito sofrimento, pois chovia muito, fazendo muito barro, conforme comenta o assentado Sebastião Ferreira Rocha:

Se você pnhasse uma vasia de meio metro quadrado pa pará água, [...] dentro de dez, vinte minutos já enchia [...] fazendo os buraco, ia enchendo de água. Quando você pnhava um palanque [...] já infincava ele [...] dento da água. [...] era um gramadão, a gente tinha que carpi o barraco, depois do barraco armado. Carpi o local de instala um dormitório. Intão foi um sofrimento, gente, que óia, [...] que quem num precisa, num participa, [...] (ROCHA, 2010 apud MENDONÇA, 2013, p. 23).

Através de estudo e investigações feitas pelo MST na região os acampados tomaram conhecimento da área da Fazenda Corumbataí, em seguida o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizou a vistoria dos 5,8 mil hectares e constatou que era uma Fazenda de terras improdutivas, o que impulsionou a decisão de ocupar a Fazenda Corumbataí no dia 08 de abril de 1997.

A decisão da ocupação foi tomada um dia antes pelos acampados justamente para não correr o risco de vazar informações sobre o ato que iria ocorrer no próximo dia. Houve uma articulação com o Movimento do estado para que reunissem pessoas de Acampamentos e Assentamentos de todas as regiões, reunindo aproximadamente duas mil pessoas para a ocupação.

Os acampados partiram da BR por volta das 04h da manhã, os caminhões e os ônibus se encaminharam em uma enorme caravana, que tinha por destino a cidade de Godoy Moreira, município que fazia divisa com a Fazenda, entrando na mesma pela localidade chamada Xaxim⁴ que seria um ponto estratégico.

Chegaram à entrada da fazenda às 08h30m. Numa guarita estava um funcionário armado, apavorado com aquela multidão. Não reagiu, entregou a arma. Segundo os acampados, no xaxim encontraram apenas uma guarita, quatro casas dos funcionários do fazendeiro e colônia numa extensa área a perder de vista. (MENDONÇA, 2013. p. 25).

Sem muita resistência pelos seguranças e funcionários da fazenda que ali se encontravam, os integrantes do MST adentraram a área, começaram a construção de seus barracos e assim a luta e o sonho de um povo iniciava.

⁴ Termo nomeado a partir da divisão das localidades da Fazenda as quais são nomeadas ex: "Xaxim", "Sede", "Central", "Perobal", "Madalena".

Relatam os acampados da época, que o período de Acampamento no Xaxim foi marcado por muitas dificuldades. Apesar de já estarem trabalhando em suas roças e produzindo alimentos, algumas pessoas ainda eram vulneráveis à falta de alimentos, falta de remédios e até mesmo roupas, e contavam com a contribuição de instituições que se solidarizaram com as famílias através de doações do INCRA, das igrejas e voluntários simpatizantes. Outro desafio era viver sob a ameaça de pistoleiros que assim como os acampados se organizaram em guaritas com o objetivo de amedrontar as famílias atirando por cima dos barracos, outras vezes prendiam acampados que iam trabalhar em suas roças e até tentaram cobrir com tratores a mina que fornecia água aos acampados.

[...] todos os dias, tinha um confronto diferente [...] nosso povo ia trabalhar [...] na rocinha [...] a segurança pegava. Nós tinha que resgatá nosso povo de volta, [...]. Até não tê mais jeito a gente buscava de volta. [...] tinha noite que eles atiravam por cima do acampamento, era só grito de mulher e criança. (JAUER, 2010 apud MENDONÇA, 2013, p. 33).

Devido a esses conflitos ocorreu na fase inicial do Acampamento uma rotatividade de pessoas que integravam ou deixavam o Movimento. “Na maioria dos casos as pessoas não ficavam no acampamento por medo, insegurança ou instabilidade financeira”. (MELO, 2010 apud MENDONÇA, 2013, p. 33).

A mídia local também teve forte influência sobre as famílias que desistiram, pois anunciavam frequentemente ameaças de que teria sido assinada a ordem de despejo. “As rádios Ubá, Nova Era e Rádio Jandaia, divulgavam todos os dias: ‘Saiu à ordem de despejo! ’ ‘Vai ser despejado a Sete Mil!’” provocando a dispersão das pessoas” (FLORES, 2010, apud MENDONÇA, 2013, p. 36).

No entanto, muitas famílias permaneceram convictas à luta, mesmo diante das dificuldades e através de muitas reuniões, organização e estudo de estratégias, as famílias decidiram que teriam que ocupar o restante da Fazenda.

A ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir a sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedades de quem as usa mal e não necessita delas para viver. Além do mais, a ocupação é feita como forma de pressão política [...]. Os sem-terra não tem como fazer greve. Sua forma de pressionar é ocupar o latifúndio, para mostrar que existem terras ociosas e gente capacitada e disposta a trabalhar a terra para produzir alimentos. Por isso, as ocupações são sempre um ato

coletivo, fruto de um problema social e da disposição dos Sem Terra para buscar a solução para este problema. O interesse coletivo e o estado de necessidade dos trabalhadores são características constantes nas ocupações. (STÉDILE, SÉRGIO, 1993, p. 59-60).

Para tanto, dada a dimensão do latifúndio que compunha a Fazenda Corumbataí, as famílias acampadas solicitaram reforços de outros integrantes do MST do estado do Paraná. Neste processo articulado, no dia 22 de agosto de 1998, as famílias organizadas no MST, ocuparam a sede da Fazenda Corumbataí.

Foi uma ocupação perigosa, pois havia muitos pistoleiros e muitas guaritas, portanto havia certo nível de tensão. A estratégia traçada pelos acampados era de ir ocupando as guaritas. A cada guarita ocupada eram chamados os pistoleiros da próxima guarita por rádio, o que permitia rendê-los sem maiores problemas. Assim foi sendo ocupada guarita por guarita até se chegar à sede da fazenda. (BUENO, 2014. p. 31).

Sem muita resistência por parte dos pistoleiros, as famílias conseguiram alcançar seus objetivos, chegando à Sede e tomando posse total de todas as localidades da Fazenda, o que impulsionou a esperança dos acampados em ter um pedaço de terra melhor para plantar e suprir as necessidades de suas famílias. Esse passo dado já foi visto como uma grande conquista, após passarem por tantos desafios e dificuldades no início, agora viam o fortalecimento da oportunidade de melhorar as condições de vida das famílias acampadas, porém a luta continuava.

Após esse processo de ocupação total da Fazenda Corumbataí, sobreveio à necessidade de reorganização das famílias que se encontravam no acampamento e aquelas que se juntaram ao movimento após a ocupação da sede da Fazenda.

Seguindo a organicidade do Movimento, foram criados Núcleos de Base e Brigadas. Cada Núcleo era composto por dez famílias que se inserem nas tarefas organizativas do Acampamento, e a cada cinco Núcleos de Base era formada uma Brigada de 50 famílias representadas por dois dirigentes. Havia dez Brigadas de 50, constituindo assim uma Brigada de 500 famílias. Dois dirigentes tinham a tarefa de representar todas as famílias da Brigada de 500 famílias. O Conjunto de Núcleos de Base, Brigadas de 50 e a Brigada de 500 formavam as instâncias organizativas conforme a organicidade do MST, essas instâncias tem o papel de discutir os principais problemas, questões e apontamentos feitos pelas famílias acampadas/assentadas.

Os dirigentes e coordenadores do Acampamento eram sempre um homem e uma mulher, respeitando as questões de gênero, pois para o MST a mulher atua ativamente no processo de luta e de formação igualmente aos homens.

Essa organicidade também foi composta pela criação de setores específicos como Setor de Produção, Infra-estrutura, Comunicação, Saúde, Formação, Liturgia, Segurança, Esporte, Finança e por final Educação que tinha a forte tarefa de organizar a Escola do Acampamento. Essa organicidade é consolidada pelo MST como prática educativa e também como princípio de cooperação e do trabalho coletivo, onde cada acampado deve assumir com responsabilidade suas funções para que então o Acampamento possa se desenvolver e dar as respostas necessárias aos processos de luta.

A organicidade do MST é baseada na democracia direta, onde todos possam participar das decisões e as atividades são executadas de forma coletiva.

Para o MST, o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas. [...] Queremos organizar o povo. No momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da reforma agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força. Gostaria que essa vontade política estivesse presente não apenas no conceito. Somos uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas [...]. (FERNANDES, STÉDILE, 1999, p. 81).

Outro desafio para os acampados foi a questão do gado de propriedade do antigo responsável pela Fazenda, que continuou solto na área e acabava devastando com a plantação dos acampados. Segundo Mendonça, (2013, p. 44), “Era muito gado. De início os acampados solicitaram aos funcionários para retirar cinco mil cabeças. Mas o fazendeiro percebe que tirando o gado estaria entregando a terra aos acampados e resolveu mantê-los no latifúndio.”.

Então os acampados perceberam que o gado seria uma barreira para a negociação da área, foram realizadas reuniões para decidir qual seria o procedimento dado a essa problemática e através destas reuniões foi organizada uma equipe de acampados que reuniu o gado e dirigiu-o até a saída da Fazenda onde alguns animais foram recolhidos pelos proprietários vizinhos, e outros animais tomaram destino ignorado. Após a retirada de todo o gado os acampados solicitaram ao INCRA, a SEAB (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná) e à

Segurança do Estado para sobrevoarem a área da Fazenda que constatou que o gado havia sido retirado. “A ausência do rebanho eliminou os problemas cessando as ações de despejo, fortaleceu a permanência dos acampados na área ocupada, simultaneamente acelerou a negociação da aquisição do latifúndio pelo INCRA”. (MENDONÇA, 2013, p. 47).

Foi com muita garra, perseverança e luta dos acampados que no ano 2004 foi conquistada a área do Assentamento Oito de Abril, onde o INCRA, intermediador na negociação, representando o Governo Federal, fez um investimento de 108.000.000,00 (cento e oito milhões) de reais realizando a compra da área. Foi com muita alegria que as famílias receberam a notícia.

Foi um momento de grande euforia, emoção e desespero. Enquanto uns choravam, sorriam e gritavam, outros se abraçavam e agradeciam: “Obrigado meu Deus!”. Ocorreram as mais diversas formas de manifestações para extravasarem angústias e alegrias, porque “foi muito sofrimento até esta conquista”. Passamos a ter um lugar definido para morar e produzir”. (FLORES, 2010, p. 10 apud MENDONÇA, 2013, p. 49).

Esse momento foi marcado por um forte sentimento de emoção vivido pelas famílias que naquele dia realizaram a efetivação de um sonho, que foi conquistado com muita luta e suor de todos que buscaram por essa conquista, pois sabiam que agora teriam um lugar digno para morar e construir suas vidas.

2.2 CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA

Para o MST a educação é uma das principais preocupações quando se organiza um Acampamento, pois a educação, dentro da questão da luta pela terra também se apresenta como uma proposta para libertação e transformação da sociedade.

“Como a educação e a formação estão sempre em relação com a sociedade e/ou projeto de sociedade em que se inserem, para o MST, educar é fundamentalmente formar para transformar a sociedade”. (DALMAGRO, 2011, p. 45). Dessa forma, no MST, a escola tem em seu papel pedagógico desenvolver um trabalho voltado à formação crítica e conscientizadora dos sujeitos, para que estes por sua vez se comprometam com a luta por uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido após realizarem a ocupação da Fazenda Corumbataí os acampados logo identificaram a necessidade da constituição de uma escola para que as crianças das famílias que se encontravam no Acampamento pudessem estudar. Inicialmente os educandos tiveram que se dirigir a escola de Godoy Moreira, município próximo ao Acampamento. No entanto, as dificuldades para se locomover até a escola eram muitas, e através de uma reivindicação dos acampados junto à prefeitura de Jardim Alegre conseguiram autorização para o funcionamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e os demais educandos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio continuaram estudando na cidade vizinha por mais um ano aproximadamente. No xaxim a construção da escola foi feita com muito empenho pelos acampados que improvisaram uma pequena escola com o próprio esforço da Comunidade.

Com a ocupação da Sede e o restante da Fazenda, a escola passou a funcionar improvisada em um antigo barracão de máquinas da Fazenda que foi adaptado em salas de aulas, já que o espaço deveria ser mais amplo, pois após a ocupação de todo o espaço da fazenda, famílias de outras regiões também se acamparam e assim a demanda pela escola aumentou dado o aumento significativo de educandos. A escola passou por algumas readaptações, mas manteve a mesma estrutura até o ano de 2013.

Através da atuação do Setor de Educação, alguns acampados se disponibilizaram para contribuir como educadores, serviços auxiliares e coordenação pedagógica da escola. No entanto estes educadores, em sua maioria, não possuíam formação específica, alguns estavam estudando outros se comprometeram a estudar. A escola do Acampamento se colocava enquanto enfrentamento ao latifúndio e carregava os princípios e práticas do MST em seus diversos espaços. Os planejamentos eram feitos coletivamente por todos, e os educadores participavam ativamente de encontros de estudos e formação oferecidos pelo MST.

A escola nesse momento carregava o forte vínculo com a luta dos trabalhadores Sem Terra que era vivenciada diariamente na escola através de temas geradores⁵ e estudo de temáticas envoltas a realidade dos educandos.

Como já havia sido registrada uma escola nesta área enquanto era de propriedade do fazendeiro, esta já estava institucionalizada como escola municipal que já existia na Fazenda para os filhos dos trabalhadores que ali moravam, então os educandos do Acampamento passaram a estudar nesta mesma escola, que foi modificada de acordo com a nova realidade e seguindo os princípios do MST. Não foi possível mudar o nome que existia e existe atualmente levando o nome de “Escola Municipal José Clarimundo Filho”, em homenagem ao primeiro prefeito de Jardim Alegre.

2.3 COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ

Já os educandos dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio ainda enfrentavam alguns desafios, pois tinham que se deslocar para o município de Arapuã e, mais tarde, devido a problemas de transporte passaram a estudar em Jardim Alegre. Estes educandos se deslocavam a aproximadamente 36 km todos os dias até chegar na escola. Portanto, sofriam muitas dificuldades devido a distancia, pois chegavam atrasados e quando chovia não podiam frequentar a escola pelas más condições da estrada, o que acarretava em uma grande perda de aulas e os estudantes do Acampamento eram prejudicados já que os professores não tinham como repor os conteúdos. Outro elemento que potencializava essas dificuldades se traduzia no preconceito por serem estudantes que moravam no Acampamento e sofriam constrangimento.

A direção do Acampamento e o Setor de Educação juntamente com o apoio da Comunidade resolveu tomar medidas em relação a esses problemas, e reivindicaram ao Estado a instalação dos anos finais do Ensino Fundamental e o Médio. Foi uma incessante luta, entre debates, discussões e reuniões junto ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Ivaiporã e a Secretaria Estadual de

⁵ Na concepção de Paulo Freire, os temas geradores auxiliam na construção do conhecimento através da totalidade concreta e não apenas de forma fragmentada. Pois só é possível construirmos uma percepção crítica das coisas, se compreendermos o todo. (FREIRE, 2005).

Educação do Paraná (SEED/PR), uma luta de anos, de mobilizações constantes dos acampados em órgãos públicos. No ano 2006 o estado legalizou a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino médio no Assentamento, que ocasionou uma grande conquista onde a Comunidade já assentada conseguia dar mais um passo na área da educação. O nome da escola foi discutido com os assentados que intitularam o nome do lutador José Martí⁶.

Dado mais um passo na luta pelo direito à educação, a escola se via ainda passando por muitas dificuldades, já que as duas escolas ocupavam o mesmo espaço físico, sendo que as salas não comportavam todos os educandos. Somavam-se a isto, os problemas da precária estrutura improvisada pelos acampados, pois quando chovia na escola todas as salas por dentro ficavam molhadas, inclusive a secretaria e os materiais pedagógicos. Essa situação passou a desencadear uma contínua luta dos assentados pelo direito de uma educação com qualidade, mas que a estrutura ofertada também fosse digna e de qualidade física por direito dos educandos.

Durante anos de pautas junto ao Estado pelo Setor de Educação do MST e dos acampados e até mesmo educandos em diversos espaços de luta, e diante de uma burocracia constante do Estado para liberação do projeto de construção da escola, no ano de 2011 inicia-se a construção da estrutura do Colégio Estadual. Essa notícia foi recebida com grande entusiasmo pelos assentados já que estes, por anos, desencadearam uma árdua luta para conquista do mesmo.

A construção física do Colégio Estadual representou uma conquista não só para o Assentamento, mas para o conjunto do MST, pois a efetivação desta construção colocou-se num movimento maior de luta por uma Educação do Campo, sendo esta efetivada dentro de uma área de Reforma Agrária. Assim, apesar da educação ser um direito de todos, ela enquanto conquista representa muito para o Movimento, pois ainda são poucos os Assentamentos e Acampamentos que tem uma estrutura desta dimensão dentro de suas Comunidades.

⁶ Nascido em Havana no dia 28 de janeiro do ano de 1853, José Julián Martí Pérez, foi um poeta, jornalista e político. Criou o PRC – Partido Revolucionário Cubano e planejou a Guerra Necessária (Guerra de 1895). José Martí foi um dos pensadores de maior influência em seu país de origem, mas suas ideias transcenderam as fronteiras cubanas e se espalharam por diversas outras nações com ideologias parecidas com a de seu país.

No ano de 2013 foi realizada a mudança da sede do Colégio Estadual, que além de mudar de estrutura, esta foi construída em outra Comunidade, na Comunidade Central que se tornou a nova sede do Assentamento, por estar localizada mais ao centro do assentamento. No início a Escola Municipal continuou funcionando na mesma estrutura do Colégio Estadual, porém no ano de 2014 a nova estrutura da Escola Municipal José Clarimundo Filho foi inaugurada.

Atualmente o Colégio Estadual do Campo José Martí conta com uma ampla estrutura de 14 salas de aula, secretaria, biblioteca, sala de informática, laboratório de ciências, banheiros, cozinha, refeitório, casa para caseiro, quadra esportiva e sala multifuncional.

Agora com a parte estrutural pronta, a escola se encontra com a necessidade de construção contínua de sua proposta político pedagógica, pois apesar de ter uma escola com uma ampla estrutura física, que representa muito ao Assentamento surge à necessidade de repensar essa nova escola, pois para os assentados ela representa uma grande conquista que necessita ser potencializada. Agora vêem na escola espaços para ocupar com uma educação de acordo com a realidade da Comunidade, propiciando importantes espaços de formação. Neste aspecto é que destaca-se o apontamento de Caldart (2003), o qual indica que “[...] o assentamento não cabe na escola, mas a escola cabe no assentamento.”.

Neste quadro é que o Colégio Estadual do Campo José Martí assume o desafio de retomar sua proposta pedagógica a partir do processo de reformulação do PPP, um projeto que construído coletivamente represente os sujeitos do campo, assunto este que iremos abordar nos próximos capítulos.

3. PROPOSTA EDUCATIVA DO MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este capítulo promove o debate teórico sobre a Educação do MST e a Educação do Campo, resgatando os princípios dessas propostas, ao final destaca-se a especificidade de construir um Projeto Político Pedagógico para a Educação do Campo.

3.1 PROPOSTA EDUCATIVA DO MST

O MST é um movimento social que constrói sua trajetória de luta visando à transformação social, e a educação sempre se fez presente em todas as suas ações. É através da educação que o ser humano coloca-se num processo contínuo de transformação. É pela conscientização das pessoas que surge a possibilidade de mudança da realidade dos povos marginalizados pela sociedade. E é com este entendimento que o MST faz sua luta de democratização do acesso a terra através das ocupações. Nesse sentido a luta se faz como um processo educativo, pois, através das vivências coletivas do povo, este aprende e também ensina. Assim, compreende-se que “O acampamento é uma escola para os sem-terra; é a escola da vida onde vivenciam relações e situações sociais extremas – fome, conflitos pessoais, violência, solidariedade, sociabilidade, estratégias de ação” (SOUZA, 2002, p. 25).

Quando se ocupa uma área e organiza-se um Acampamento além da luta pela conquista da terra, o Movimento começa a organizar escola, pois no Acampamento sempre há muitas crianças em idade escolar, em lugares distantes de escolas, e que geralmente no início do Acampamento as famílias não contam com muito apoio do município e da sociedade ao seu entorno. Assim, surge como primeira necessidade a demanda de organizar escola nos Acampamentos, assim como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para atendimento das crianças, dos jovens e dos adultos que não tiveram acesso a educação escolar.

Estamos falando de uma história de educação. A história da organização e luta de pais e professores dos acampamentos e assentamentos para assegurar o direito de crianças à escolaridade, o que pela situação irregular das várias etapas da luta pela terra ficou sempre complicado; e mais, direito

a uma escola de boa qualidade, capaz de dar respostas adequadas aos desafios do novo tipo de vida nas terras conquistadas. (MST, 2005, p. 11).

Portanto, quando as famílias se organizam em um Acampamento do MST, elas partem de um processo de exclusão dos seus direitos, gerando certa urgência para a conquista da terra. Essa situação, não permite visualizar a importância de outros direitos, até mesmo o da educação, pois a luta pela terra por si só já é intensa e rodeada de muitos desafios sofridos pelas famílias. Mas, é através da inserção direta no Movimento que as famílias de sem-terra vão percebendo outras questões, pois não é só terra que se reivindica, mas é uma luta ampla que visa a garantia dos direitos essenciais para a garantia de uma vida digna as pessoas.

Em contrapartida, e em consonância com esta ampliação do entendimento acerca da luta pelo direito, a educação tem sido umas das primeiras bandeiras levantadas dentro dos Acampamentos e Assentamentos do MST.

Quando a organização dos ST [Sem Terra] cria em sua estrutura um setor de educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola. (MST, 2005, p. 11).

Para tanto, o Movimento passou a organizar suas primeiras escolas, sendo que a escola se faz como parte essencial e instrumento de apoio na luta, pois a luta do Acampamento/Assentamento não se separa da escola, já que a mesma se insere em um espaço de conflito direto em meio à sociedade, o que constrói inúmeras possibilidades para a construção de uma educação que por esse simples fato já é diferente.

Pensando nessa educação que parte de uma identidade específica do MST destinada a jovens, crianças e trabalhadores militantes, o Movimento se propõe a pensar e planejar uma educação que valorize e fortaleça ainda mais a identidade do MST.

[...] O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra conquistou espaços públicos para divulgação da luta pela reforma agrária e contra a exclusão social. [...] O MST é composto por várias linhas políticas, dentre as quais se encontra o setor de educação. A população no geral desconhece as

propostas do MST para a educação, pois o que tem dado visibilidade ao movimento é a ocupação/acampamentos e as caminhadas. (SOUZA, 2002, p. 25).

O MST possui uma longa jornada de lutas, através de suas experiências políticas, no entanto torna-se fundamental estar atualizando e organizando seu trabalho através do aprofundamento de estudos, reflexões e referenciais teóricos que ajudem a pensar a educação do MST, nesse sentido se estabelecem princípios para orientar sua proposta de educação. Princípios estes que foram definidos como princípios filosóficos e princípios pedagógicos da educação no MST.

Os princípios filosóficos dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST. Os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação, [...]. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos. [...] Ou seja, é diferente a prática pedagógica que acontece numa escola infantil de assentamento da que acontece num curso de segundo grau como o Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), por exemplo. Mas os princípios filosóficos e pedagógicos são (devem ser) os mesmos. (MST, 2005, p. 160).

Nesse sentido, o Setor de Educação do MST juntamente com pais e professores tem um importante compromisso com a educação ofertada para crianças, jovens e adultos dos Assentamentos e Acampamentos da reforma agrária. O MST organiza espaços de formações, cursos e assembléias onde todos possam participar e compartilhar opiniões, onde os mesmos têm a função coletiva de organizar uma escola que assuma como identidade a luta e os princípios pedagógicos do Movimento, interferindo e orientando o planejamento das aulas para que se construa uma educação que dialogue com a realidade dos sujeitos específicos.

Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo. (MST, 2005, p. 31).

Sabemos que muitas vezes as estruturas, materiais e recursos em uma escola do MST, assim como nas demais escolas do campo, são precários, até mesmo pelas condições dos educandos e de suas famílias. No entanto, é neste contexto de dificuldades, que se fortalecem a criatividade dos educadores no planejamento das aulas, pois como não vem tudo pronto permite aos educandos e educadores a participar juntos no processo de aprendizagem estimulando a criação e o fazer juntos. Compreende-se assim que,

A educação é um processo longo. Exige perseverança, criatividade e ousadia. Pegando firme juntos, conseguiremos romper com as cercas de mais este latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura. (MST, 2005, p. 31).

Falar sobre a educação do MST não se resume apenas a educação ofertada aos militantes, mas sim compreende uma educação da classe trabalhadora que cultive a consciência política, estimulando desde a base, jovens e crianças que possuam identidade e a estima pela luta do povo trabalhador. Neste aspecto, destaca-se o sofrimento advindo da falta da justiça social, ocasionada por grandes empresas capitalistas e latifúndios que promovem a desigualdade gerando um processo de exclusão dos direitos daqueles que trabalham e afirmando a manutenção do poder nas mãos de uma minoria que se estabelece a partir da exploração.

Quer dizer uma educação que se organiza, [...] cria métodos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto político das classes trabalhadoras, visando através de cada prática, em última instância, o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes para as organizações de trabalhadores, a começar pelo próprio MST. Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores. (MST, 2005, p. 161).

Assim, o MST se inscreve numa proposta educacional que almeja construir através da experiência concreta dos educandos uma nova realidade, associada ao conhecimento histórico e através do estudo possa formar uma opinião crítica e criar consciência política, refletindo em suas ações para a transformação. Por isso para o

MST é preciso formar pessoas que possuam uma articulação do conhecimento como um todo dialogando a teoria com a prática que possibilite uma formação para além das paredes da escola, mas que contribua nos valores de convivência e organização coletiva vivenciada por aqueles que possuem compromisso com a luta das camadas populares.

Para o MST é essencial incidir nas práticas escolares, pois se a escola proporcionar a prática do trabalho e da organização coletiva, ela também poderá contribuir para manter a organicidade dentro dos Assentamentos/AcAMPAMENTOS, fomentando o trabalho cooperado como estratégia de rompimento com o modelo de desenvolvimento de agricultura dominante no campo atualmente.

A escola deve ajudar a consolidar e a avançar este modelo de desenvolvimento rural que está nascendo nos assentamentos e que visa dar condições aos camponeses para que permaneçam, produzam e tenham uma vida digna no campo. (MST, 2005, p. 40).

Nos Assentamentos organizar a produção é fundamental para que de forma coletiva, os assentados possam trabalhar e avançar na produção de alimentos e de melhorias para todas as famílias igualmente. Pela organização coletiva as forças se unem promovendo um melhor avanço no Assentamento. No entanto, isso nem sempre tem sido uma tarefa fácil, pois carregamos experiências de uma educação individualista e burguesa que preserva as atitudes individuais, dada as consequências que toda vontade coletiva pode ocasionar a sociedade capitalista.

O grande papel da escola nesta história toda é justamente ajudar no processo de educação do coletivo. E uma das principais formas de ajudar é criando as condições objetivas para que as crianças, desde pequenas se capacitem para a organização coletiva, para a cooperação. (MST, 2005, p. 41).

Para melhor organizar a proposta de educação para os AcAMPAMENTOS e Assentamentos do MST são traçados alguns objetivos. Segundo MST (2005), as escolas devem preparar os educandos para que assumam a militância e as lutas do MST, através da formação de lideranças que não deixe que a luta de seus pais pare, mas que seja assumida pelas futuras gerações com mais garra ainda; uma educação que mostre a realidade do povo trabalhador, a exploração e miséria

sofrida por estas pessoas diariamente, mas que também apresente desafios para a transformação dessa realidade; Para além da teoria, educandos e educadores que participem ativamente nas práticas das lutas dos movimentos populares; uma educação que pense como deve ser a sociedade que os trabalhadores e trabalhadores desejam construir relacionando com a realidade do MST.

No MST a escola representa um espaço muito além do vivenciado nas escolas tradicionais, mas a escola deve proporcionar um lugar de pessoas companheiras e comprometidas com a formação de um novo homem e uma nova mulher que assumam igualmente a luta coletiva e bem organizada para assim construir uma sociedade menos desigual e excludente.

A Escola deve ser o lugar da vivência e desenvolvimento de NOVOS VALORES, como o companheirismo, a solidariedade, a responsabilidade, o trabalho coletivo, a disposição de aprender sempre, o saber fazer bem feito, a indignação contra as injustiças, a disciplina, a ternura... Chegando a uma CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA. (MST, 2005, p. 33).

Dessa forma o MST tem assumido o desafio de refletir sobre esses princípios e objetivos em suas lutas diárias nas escolas de Assentamentos e Acampamentos, resistindo ao modelo hegemônico implantado atualmente nas escolas sobre interesses de uma formação burguesa, para simplesmente formar uma massa de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

3.2 O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Falar da cultura camponesa inclui pensarmos na diversidade de um povo que diante da situação de exclusão social vem sobrevivendo às metamorfoses do atual projeto de desenvolvimento que o Agronegócio tem para o campo, projeto que requer a expulsão dos camponeses de suas terras. Diante dessa perspectiva os movimentos sociais há algumas décadas vem se organizando para a resistência a este projeto. A partir desse desafio de articulação entre resistência e enfrentamento podemos afirmar que surgem as primeiras propostas de políticas públicas para a Educação do Campo.

Neste sentido o MST assume papel de protagonismo nas lutas dos movimentos populares de acesso a terra, consolidando um projeto de campo no âmbito político e social. Pela contraposição do sistema capitalista, na busca pela transformação social e a construção de uma sociedade mais justa para a classe trabalhadora. Neste contexto, o MST enquanto organização social cresceu muito nos últimos anos e vem demarcando seu espaço em muitas frentes de luta, e construindo também seu próprio projeto educativo.

[...] o processo educativo desenvolvido nas áreas de reforma agrária do Paraná supõe a compreensão do contexto e das lutas desse movimento social assim como a proposta de educação produzida ao longo de sua história, pois, até a atualidade, fomenta e dá sustentação à luta por uma Educação do Campo também neste Estado. (VERDÉRIO et al., 2016, p. 47-48).

A Educação do Campo tornou-se um termo muito discutido nos dias atuais, alvo de estudos e pesquisas em diferentes espaços sejam eles acadêmicos ou não, Para tanto, cabe destacar que a Educação do Campo faz parte da luta do MST e de outros movimentos populares, sindicais e demais entidades que estiveram preocupados com o futuro do campo traçando metas para a educação. Educação para a promoção da vida e para a emancipação da classe trabalhadora. Assim, podemos verificar, conforme Caldart, que “A Educação do Campo, como prática social ainda em processo de constituição histórica, tem algumas características que podem ser destacadas para identificar, em síntese, sua novidade ou a consciência de mudança” (CALDART, 2012, p. 261).

As primeiras discussões e propostas para a Educação do Campo aconteceram após o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em Brasília no ano de 1997 e organizado pelo MST através de parcerias com Universidades e diversas instituições. Este encontro desenvolveu várias iniciativas e propostas, que culminaram na construção de uma Educação do Campo. Foi através da socialização de experiências dos MSPdoC⁷ para a educação, que definiu-se ainda no I ENERA a necessidade de organização e realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (I CNEC), ocorrida entre os dias 27 a 31 de julho de 1998, em Luziânia, Goiás. (ONÇAY e GHEDINI, 2016)

⁷ Movimentos Sociais Populares do Campo;

Para a realização da I Conferência foram organizados alguns encontros preparatórios estaduais com o compromisso de levantar dados, mas também que promovessem estudos baseados nas experiências educativas vivenciadas pelos povos do campo, considerando sua diversidade sociocultural e assim trabalhar na elaboração de um documento que servisse como base para um projeto de Educação do Campo no âmbito do país. (ONÇAY e GHEDINI, 2016)

Assumidos os desafios de articular-se um Encontro Estadual, preparatório á I CNEC, com esta diversidade de entidades em meio às diferenças e semelhanças de posição, principalmente políticas e ideológicas, é que se realizou de 26 a 28 de junho de 1998 o Encontro Estadual “Por uma Educação Básica do Campo” em Curitiba. Assumiram a promoção deste evento a CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] e CPT-PR [Comissão Pastoral da Terra – Paraná], o MST, a Associação de Educação Católica do Paraná (AEC-PR), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (Apeart), apoiados pelo Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância] e pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). (ONÇAY e GHEDINI, 2016, p. 67)

As preparações para a I CNEC contribuíram para desenvolver importantes iniciativas para a educação e para a organização da escola do campo. Dentre as principais metas sob a transformação real da escola, propôs um novo jeito de fazer a educação para o povo, com novos tempos aula, novo processo educativo, uma gestão coletiva, contribuindo para a formação político e crítica dos educandos, e ainda, colocou-se no sentido de fortalecer a articulação para a luta e para implementação de políticas públicas para a Educação do Campo.

Após a realização da I CNEC, foram realizados outros encontros e debates em torno da proposta de Educação do Campo, mais especificamente no Paraná aconteceu no município de Porto Barreiro – PR, no ano de 2000, a II Conferencial Estadual por uma Educação Básica do Campo, encontro este que teve como marco principal a reflexão sobre o projeto de desenvolvimento para o campo e a sociedade, com objetivos específicos de:

Construir identidade de educadores e educadoras do campo que se articulassem para serem protagonistas de uma nova proposta de educação básica do campo; despertar para um fazer pedagógico no sentido da especificidade do princípio educativo do trabalho no campo; conhecer e discutir referencias de educação oriundas dos movimentos sociais

populares e no âmbito das políticas públicas. (ONÇAY e GHEDINI, 2016, p. 77).

Este encontro foi marcado por um momento importante para a Educação do Campo no Paraná, considerando as perspectivas tratadas e um maior amadurecimento de idéias diante de tantos desafios que estavam por vir. Como protagonistas deste momento inicial colocaram-se Prefeitura Municipal do Porto Barreiro, o MST, a Assesoar, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), a Secretaria Municipal de Educação de Francisco Beltrão, e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Após esse encontro, e articulado a momentos anteriores, definiu-se pela organização de um novo movimento estadual que se intitulou a “Articulação Paranaense por uma Educação do Campo” que tem como compromisso principal articular todos os movimentos e entidades ligados a Educação do Campo no Paraná, no sentido de fortalecer o debate na qualificação de ações práticas e teóricas para o projeto de campo e sociedade de acordo com a realidade dos movimentos populares do campo.

[...] a Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo” é, por assim dizer, a expressão da Educação do Campo no Paraná. Nos diferentes espaços, a Articulação é também um espaço de negociação entre as diversidades para que se possa construir políticas públicas de Educação do Campo. (ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2000 *apud* ONÇAY e GHEDINI, 2016, p. 83).

Nesse propósito a Educação do Campo já efetivou importantes conquistas em âmbito nacional e estadual. Em nível nacional, a título de exemplos destacam-se a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme o Parecer n. 36/2001 e a Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (MEC, 2012), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), entre outros. Já em nível estadual, colocam-se as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (SEED-PR, 2006) e o reconhecimento da Educação do campo como política pública educacional através da Resolução 4783/2010. Conquistas que foram possíveis através de convênios e parcerias com os estados, as Universidades Federais e Estaduais, os

Institutos Federais, e principalmente pela incessante luta dos movimentos sociais populares do campo.

No entanto, o quadro atual da Educação do Campo perpassa desafios e tensões frequentes, pois como já afirmado, está se construindo um projeto de educação para o campo que confronta a ordem hegemônica do capital, voltado para a permanência e o fortalecimento da cultura do camponês, em contraposição à lógica de desenvolvimento do Agronegócio.

Lutar por políticas públicas parece ser agenda de “ordem”, mas, em uma sociedade de classes como a nossa, quando são políticas pressionadas pelo pólo do trabalho, acabam confrontando a lógica de mercado, que precisa ser hegemônica em todas as esferas da vida social para garantir o livre desenvolvimento do capital. (CARDART, 2012, p. 260).

A Educação do Campo não se resume apenas a dimensão geográfica do território em que se constitui, mas se coloca enquanto identidade e características específicas dos sujeitos que a representam. Neste sentido a Educação do Campo surge pela valorização dos camponeses protagonistas de suas ações, suas relações sociais de vida e de trabalho. A conquista por esse direito representou um grande marco para os povos camponeses, este que na antiga ⁸Educação Rural eram educados apenas para o trabalho manual, alienado que se resumia em uma educação técnica. Tal concepção desconsidera o trabalho que o camponês desenvolve na terra, pois apesar de vivermos em um país de grande concentração agrária, o camponês foi deixado de lado sofrendo muito preconceito. O camponês foi aquele ao qual foi atribuído o papel de ignorante e atrasado, portanto não precisava ter acesso a uma educação de qualidade.

No Brasil, porém, a educação rural, como mostra Silvana Gritti (2003), permanece relacionada a uma concepção preconceituosa a respeito do camponês, porque não considera os saberes decorrentes do trabalho dos agricultores. Ensinar o manejo de instrumentos, técnicas e insumos agrícolas era o objetivo das escolas rurais de nível técnico, além do relacionamento com o mercado no qual o camponês teria de vender a sua produção para adquirir os “novos” produtos destinados a dinamizá-la,

⁸ Trata-se da educação ofertada as pessoas que residem e vivem da atividade agrícola, e quando há escola neste espaço, geralmente esta educação é oferecida na mesma modalidade da educação urbana, não considerando as especificidades camponesas das pessoas que vivem no campo.

conforme registra a história da educação rural (GRITTI, 2003 apud RIBEIRO, 2012, p. 296).

Essa forma de educação exteriorizou o trabalho do camponês, que perdeu sua autonomia, pela imposição de um conhecimento distinto de sua forma de cultivar a terra. De acordo com MEC (2001, p.11) a ausência do respeito e do valor da educação no campo num processo de constituição da cidadania, ao lado das técnicas manuais do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais, nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, contribuíram para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses.

Atualmente a Educação do Campo visa trabalhar na contramão desta lógica, como um projeto que promove a formação de jovens, crianças e adultos comprometidos com o desenvolvimento do campo e o resgate da valorização dos camponeses, através do trabalho coletivo, da produção de alimentos saudáveis, do cuidado com a terra e a natureza, da produção agroecológica e a cultura camponesa. Lutando pelo campo como espaço de reprodução social da vida, pela permanência das pessoas neste espaço e pelo desenvolvimento integral das Comunidades Camponesas.

A Educação do Campo, através da luta dos movimentos sociais instituiu-se a fim de estabelecer critérios para a educação do meio rural que foi marcada historicamente pelo atraso do campo. Entretanto, a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996), lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, já havia reconhecido a diversidade e as peculiaridades da Educação do Campo, conforme seu artigo 28º estabeleceu que,

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Esse primeiro reconhecimento pela educação no meio rural significou uma iniciativa pelo poder público que passa a entender que a escola é quem deve se adaptar a realidade local em que esta inserida acolhendo as diferenças. Dessa

forma, a política institucional para a Educação do Campo tem que buscar a especificidade dos sujeitos do campo que são sujeitos concretos de grande diversidade cultural. Assim, coloca-se como perspectiva a garantia da legalidade, da autonomia e da identidade das escolas do campo.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (MEC, 2012, p. 34).

De acordo com o artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (MEC, 2012) o poder público deve assumir também a responsabilidade de garantir o ensino e a formação integral dos respectivos alunos desde a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Após esse processo inicial, foram efetivadas muitas conquistas no âmbito do marco regulatório da Educação do Campo no Brasil, embora, tais conquistas não sejam tão elevadas, já representam muito pelo descaso e pelo descompromisso das políticas institucionais para a Educação no Campo brasileiro durante anos.

Portanto, na conjuntura atual da Educação do Campo, verifica-se que esta vem se fortalecendo, tem se tornado fundamental em espaços políticos a partir do impulso das lutas dos movimentos sociais e de demais organizações populares do campo. Processo esse, que tem se traduzido ativamente na luta pela efetivação de políticas públicas e na construção de um projeto humano e social que venha contemplar a realidade de todas as pessoas que vivem no campo. Sem desconsiderar, que esse processo se efetiva em um espaço de disputa com uma corrente hegemônica industrial desenvolvimentista que invade o campo e desfigura o trabalho e o modo de vida do camponês.

3.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como já analisado anteriormente, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo evidenciaram um grande avanço para a

educação, neste sentido vale salientar que apesar de compreender o dinamismo e a multiculturalidade do campo, ainda são políticas em construção e quando analisadas do ponto de vista da organização político pedagógica das escolas do campo, ainda encontram-se muitas dificuldades para a implementação da prática da Educação do Campo.

Visualizamos como exemplo a questão do calendário escolar, que previsto pela LDB, tem que se adequar aos períodos de ciclo agrícola no campo. Contudo, segundo Martins (2008), a legislação de um lado declara respeitar a especificidade do campo de acordo com suas particularidades, porém ao mesmo, na realidade objetiva das escolas isso não é considerado. Se tomada a questão do calendário escolar, há um contundente desrespeito, pois partindo do princípio de que a maior parte dos educandos das escolas do campo é oriunda do campo, esse calendário impulsiona uma grande evasão escolar, pois em sua predominância, o trabalho no campo depende da contribuição familiar, o que passa efetivamente pela inserção dos jovens, que por sua vez, são os educandos em potencial das escolas do campo.

A partir desse substrato material, a organização da educação do campo, conforme suas especificidades, torna-se possível, com atitudes mais amplas do que a simples mudança de calendário. A organização da escola necessita então de uma mudança na organização dos próprios tempos educativos. Há, nesse sentido, iniciativas como a pedagogia da alternância e do trabalho como princípio educativo que visa a vincular os tempos educativos com as necessidades da educação do campo. (MARTINS, 2008, p. 102).

Desde a I CNEC, e no caso do Paraná, da constituição da Articulação Paranaense por uma Educação Campo, houve uma diversidade de iniciativas, construção de projetos, aprofundamentos e articulações no sentido de ampliar o projeto de educação para os trabalhadores do campo. Inclusive pelo sentido do próprio nome da Articulação Paranaense que hoje compreende uma articulação por uma Educação do Campo, o que expressa que esse projeto não consiste apenas na Educação Básica, mas volta-se para uma educação que contemple desde a Educação Infantil à Universidade.

Pensar em um projeto de Educação do Campo constitui uma ampla complexidade de pensar uma educação para um determinado grupo social que possui sua singularidade, dentro de suas características culturais e sociais, estes

são sujeitos que se movimentam dentro de um determinado contexto histórico. Portanto é um grande desafio articular esse universo de diversidades no âmbito da universalidade.

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, mas sem se desligar da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, ou mais amplamente da classe trabalhadora do campo, e de suas lutas. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (CALDART, 2008 apud SEED, s/d.).

Portanto, podemos considerar que a escola do campo é um espaço de inúmeras contradições, mas também de inúmeras possibilidades, o próprio espaço geográfico em que está inserida contribui para isso. Segundo Martins (2008), a escola do campo pode ser considerada um laboratório não somente do ponto de vista científico como também no sentido da práxis, pois é possível articular o conhecimento camponês com o cultivo da terra, com o contato direto com a biodiversidade, com o trabalho baseado na colaboração coletiva. Essa questão do trabalho coletivo é muito importante, pois assim como contam os camponeses, antigamente se trabalhavam nos mutirões⁹, que é uma prática que ao longo do tempo vem se perdendo no campo, devido à perspectiva individualista que se instaura em nossa sociedade. Adjacente a essa memória camponesa e na perspectiva da teoria e da prática pedagógica, a Educação do Campo tem resgatado a matriz pedagógica da Pedagogia Socialista que considera o trabalho um importante princípio educativo dentro da escola.

Abordar a questão do trabalho dentro da escola perpassa a questão pedagógica da sala de aula, mas sustenta e promove a criação e articulação de projetos que viabilizam a produção sustentável e agroecológica, a soberania alimentar e a qualidade de vida para as pessoas. Nesses poucos exemplos aqui citados é possível perceber que o espaço do campo contribui para uma educação para além do que é proposto pelos currículos tradicionais, mas viabiliza uma

⁹ Acontecia quando um grupo de trabalhadores de uma determinada comunidade se reuniam para ajudar em uma propriedade (no plantio, roçada ou colheita da lavoura) e assim o trabalho era retribuído e se revezavam dentro do coletivo de acordo com as necessidades de cada trabalhador.

educação para criação da consciência e do desenvolvimento integral dos seres humanos.

Os projetos são atividades importantes no cotidiano escolar, mas a organização da escola, para estar organicamente vinculada ao campo, de forma institucional, deve ir além dos projetos de trabalho. Os elementos constituintes da realidade e da vida camponesa necessitam ser inseridos na organização escolar também através dos currículos, ou seja, através da materialização científica de determinada área do saber, no caso, o campo e suas relações. Muitos podem afirmar que a questão do campo pode ser trabalhada em disciplinas como história, geografia, biologia ou ciências. Pode sim, mas a escola do campo tem direito de contar no rol curricular com disciplinas específicas, como introdução à agricultura, a própria educação ambiental, tópicos especiais etc. (MARTINS, 2008, p. 103).

Esses processos contribuem para a construção de uma pedagogia que permita superar a dicotomia da sala de aula, construindo o conhecimento a partir das próprias contradições que se estabelecem fora das paredes da escola. Confrontar a escola burguesa que nos é imposta, não nos deixando alienar somente por conteúdos conduzidos pela ordem vigente.

Quando falamos em valorizar o conhecimento da realidade e os conhecimentos dos povos tradicionais do campo, não significa que estamos deixando o conhecimento científico de lado, pois para construção de uma educação de qualidade é preciso usufruir de todo conhecimento científico já produzido pela humanidade. Porém, no diálogo com a realidade, o campo e suas contradições, o conhecimento científico, na sua condição de conhecimento teórico poderá ser articulado e materializado na prática, no processo de transformação da realidade social.

O conhecimento científico acumulado pela humanidade não pode ser usado com neutralidade; ele deve dialogar com as contradições vividas na realidade destes sujeitos, o que envolve a busca de alternativas para as condições materiais e ideológicas do trabalho alienado e para as dificuldades de reprodução social da classe trabalhadora do campo, todas elas condições inerentes ao antagonismo intrínseco à lógica do capital. (MOLINA; MOURÃO SÁ, 2012, p. 327)

A escola do campo possui a potencialidade de problematizar e conduzir trabalhos pedagógicos que superem a sala de aula como principal espaço para a aprendizagem, através da realidade concreta dos sujeitos que vivem nesse espaço.

O PPP é que tem o papel de articular o currículo, os projetos, os sujeitos envolvidos, a Comunidade Escolar e a realidade social, traçando a identidade específica de cada escola.

O projeto político pedagógico da escola, enquanto materialização do trabalho coletivo, apresenta-se enquanto síntese da identidade da escola. Sua concepção, construção e execução podem expressar o grau de intensidade das relações democráticas no interior da escola, ou o contrário. (MARTINS, 2004 *apud* MARTINS, 2008, p. 104).

O PPP da escola do campo deve estar em diálogo constante com o projeto de Educação do Campo assumido pela escola, de acordo com sua identidade, traçando as características sociais e culturais da Comunidade. No entanto, necessita evidenciar com clareza qual a finalidade do ensino na escola, que educação pretende-se oferecer e para quem oferecer. Este documento não deve ser elaborado apenas por uma exigência obrigatória do Estado, mas como instrumento de organização e orientação para o trabalho pedagógico na escola.

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de conhecimentos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo [...]. (VEIGA, 2007, p. 9).

Assim, o PPP de maneira geral, e em especial na escola do campo, necessita ser elaborado conforme o conjunto e a construção dos diferentes sujeitos envolvidos no processo escolar, com a participação coletiva da Equipe Pedagógica, dos Pais, Educandos, Professores e a Comunidade.

4 A EXPERIÊNCIA DO COLÉGIO JOSÉ MARTÍ NA FORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O capítulo a seguir apresenta as questões inerentes ao PPP do Colégio Estadual do Campo José Martí, refletindo as perspectivas da comunidade, e os reais limites e avanços ao longo do processo de reconstrução.

4.1 PPP DO COLÉGIO JOSÉ MARTÍ

O Colégio Estadual do Campo José Martí perpassa por um momento de transição de sua proposta político pedagógica. Compreende-se que a proposta atual não contempla os objetivos da educação que se espera para os povos trabalhadores do campo. Portanto a nova proposta vem sendo trabalhada e apresenta algumas alterações.

Caracterizando a realidade do Colégio Estadual do Campo José Martí apresenta-se que este atende ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio, além do oferecimento de Atividades Complementares Periódicas como Cultura e Arte, Canto Coral, Promoção da Saúde, Prevenção de Doenças e Agravos, Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo, e o Projeto Mais Educação. A escola é composta por 153 (cento e cinquenta e três) educandos do sexo masculino e 140 (cento e quarenta) do sexo feminino, totalizando o atendimento a 293 (duzentos e noventa e três) educandos. (CECJM,2016, p. 09).

Conforme consta no PPP o Colégio Estadual do Campo José Martí conta com um amplo quadro de profissionais sendo eles: (01) Diretora, (01) uma Diretora Auxiliar, (36) trinta e seis professores, (03) três pedagogos, (03) três Agente Educacional II e (07) sete Agente Educacional I.

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Aldirley Mafra	Docente	Educação Física
Angela de Andrade Marcolino	Pedagoga	Pedagogia
Angela Gresele	Agente educ. I	Ensino Médio
Ariani Furlan de Melo	Docente	História
Camila Soares dos Santos	Docente	História
Carina Adriana Waskievi	Docente	Letras

Célia Maria França	Docente	Ciências/Biologia
Cimara de Godoy Bueno	Docente	Ciências/Matemática
Cremilda Correia Leite	Docente	Letras
Dalmo de Oliveira	Agente Educ. I	Geografia
Daniela Pachuski Francisconi	Docente	Sociologia/História
Débora Camila Venâncio	Docente	Letras
Devanira Miranda Zanoni	Docente	Biologia
Dircéia dos Reis Vieira	Docente	Matemática
Elaine Lopes Mendes Silva	Docente	Arte
Eliane Gonçalves	Docente	Biologia
Eliane Maria Batista	Docente	Arte
Eldilvani de Jesus Marcelites	Pedagogo	Pedagogia
Fatima Teodoro Monczak	Docente	Educação Física
Flavia Figueiredo de Paula Casa Grande	Docente	Letras
Gesiel da Silva	Docente	História
Gisele Guimarães da Silva	Agente Educ. I	História
Helena Adelaine Laczkow	Docente	Arte
Hérica Aparecida Barbosa	Docente	Geografia
Isaura Ribeiro da Silva	Agente Educ. II	Pedagogia
Ivane Aparecida dos Santos	Pedagoga	Pedagogia
Juarez Batista dos Santos	Docente	História
Juliana Michelle Rosales Nogueira	Agente Educ. I	Pedagogia
Karine Sellon Martins	Docente	Letras
Kely Aparecida Dias	Docente	Letras
Maria Aparecida Bassaco	Docente	Letras
Maria Kozak	Docente	Ciências/Matemática
Maria Luiza Miliossi Zanetti	Docente	Ciências/Matemática
Marino Pereira de Castro	Docente	Educação Física
Mislani Taís Manieri	Docente	Química
Neuza Sposito Fernandes	Agente Educ. I	Ensino Médio
Patricia Melotto Vieira	Docente	Letras
Paulo Vicentini Faria	Docente	Ciências/Matemática
Pollyana Ribeiro Rech	Agente Educ. I	Pedagogia
Pompéia da Luz Carvalho	Agente Educ. I	Ensino Médio
Rafaela Bativa de Oliveira	Docente	Pedagogia
Regiane Rocha Firmino	Agente Educ. II	Pedagogia
Rosângela Aparecida Marangoni	Docente	História
Rosimeire Aparecida Gaffo	Docente	História
Salette Sousa de Melo	Diretora	Pedagogia
Sergio de Carvalho Brito	Agente Educ. II	Ensino Médio
Simone Rodrigues da Silva	Docente	Ed. Física/Arte
Taynara Cristina Gaffo	Docente	Matemática
Terezinha Marilú Rech	Dir. Aux./Docente	Química
Valdireni Julia Ferreira	Docente	História
Valdívia Lopes Pereira	Docente	Geografia

De acordo com o relato da atual pedagoga do Colégio, Salete de Souza Melo, “o projeto atual não foi elaborado de forma que compreenda a realidade da Comunidade específica, pois é um projeto que não foi elaborado pelos mesmos e nem mesmo é praticado pela escola.” O atual PPP veio como uma proposta já pronta e direcionada pelo estado.

Portanto considerando o processo de reformulação do PPP, este projeto já apresenta algumas alterações trabalhadas, como podemos observar o vínculo com a luta do MST.

Nesse contexto, o Colégio Estadual do Campo José Martí tem seus traços de identidade forjados pelo Movimento de luta pela terra, pela cultura do trabalho camponês, pela resistência dos camponeses na construção de uma comunidade com valores voltados a vida no campo, bem como, uma pedagogia que trabalhe o ensino e a formação humana em amplas dimensões e que, sobretudo contribua no desenvolvimento social da comunidade assentada. (CECJM, 2016, p. 05)

Conforme entrevista realizada, a Coordenadora Pedagógica indica que no atual PPP (CECJM, 2016) há muitas coisas para se mudar e na prática também, mas afirma que há muitas coisas positivas que acontecem na escola que a às vezes o próprio cotidiano não nos permite potencializar, e que ainda precisam ser adaptadas e inseridas no Projeto Pedagógico.

Uma questão muito positiva que se observa com a Comunidade e as famílias assentadas no geral é a participação, pois como já analisado anteriormente neste trabalho, estes sempre estiveram muito preocupados com a escola e a educação, com incidência direta na luta para a conquista da escola. Destaca-se ainda, o entendimento de que esta bandeira não para por ai, pois a comunidade ainda se sente preocupada com a qualidade do ensino e a formação que estão tendo os jovens. Como expresso no atual PPP, “[...] a comunidade sentiu a necessidade de uma escola vinculada a um projeto camponês, pensada e forjada pelos sujeitos do campo, onde predominam os trabalhadores da agricultura familiar vinculados ao movimento social”. (CECJM, 2016, p.17.).

A Coordenadora Pedagógica conclui em seu relato que “os pais estão ali sempre, cobram no ensino, nos ajudam a discutir as problemáticas mais

estruturantes como o transporte, mas temos que reconhecer que falta criar espaços de participação nos processos pedagógicos”. A Comunidade sempre se manteve e se mantém disposta a contribuir em tudo o que a escola solicita, porém sente-se a necessidade da comunidade se inserir também em espaços pedagógicos se preocupando também com a qualidade de ensino que a escola vem ofertando. Tal entendimento está evidenciado também no PPP da escola.

Em relação à gestão democrática a escola reforça que é muito importante a valorização das decisões coletivas, fortalecendo a organização do trabalho pedagógico. Elencando também ser fundamental o trabalho das instâncias colegiadas na construção de uma gestão democrática, na qual não há apenas um gestor individual, mas um grupo que busca dar as melhores respostas através do diálogo e na expressão da vontade coletiva. As instâncias são representadas por: Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e Grêmio Estudantil.

A escola como instituição democrática tem sua garantia quando possibilita a participação efetiva a participação de toda comunidade escolar, ou seja, quando as instâncias colegiadas que se fazem presentes na escola fortalecem a organização do trabalho pedagógico da escola na existência de uma política escolar organizada para o mesmo fim, onde a escola deve constituir-se alternativa concreta de acesso ao saber, entendido como conhecimento para que todos, especialmente os alunos das classes menos favorecidas, possam ter um projeto de futuro que vislumbre trabalho, cidadania e uma vida digna. (CECJM, 2016, p. 19)

A partir desta perspectiva, diante dos diferentes desafios percorridos pela escola a tomada de posição torna-se um ato político.

Quanto à participação dos educandos, nota-se que ainda não existe uma participação efetiva, mas existe um Grêmio Estudantil recentemente criado, sob a perspectiva de uma maior participação dos educandos nas questões inerentes a escola. Conforme a pedagoga Salete de Souza Melo, existem alguns trabalhos que os educandos participam mais efetivamente, no entanto para os quais ainda são orientados pelos professores. Mas ainda conforme depoimento da Coordenadora Pedagógica, também se vislumbra que os educandos possuem possibilidade de organização, o que falta é estimular e organizar melhor os espaços. Neste aspecto, a pedagoga relembra a realização do projeto para pintura nos muros da escola,

onde os educandos expressaram a luta pela conquista do Assentamento através da criação de desenhos e da pintura nos muros com referencia direta a luta de seus pais. Salete ainda afirma: “nos surpreendemos muito pelo empenho deles, a dedicação a cada nova pintura que surgia, a gente via um sentimento de pertença e uma identidade que achávamos que tinham perdido, era o resgate da luta, esse foi um riquíssimo momento que a escola vivenciou”.

Dentre este, houve outros momentos de participação, como a indignação por conta das más condições das estradas, situação em que os próprios educandos chegaram ao limite por se sentirem prejudicados pela impossibilidade de frequentar as aulas, o que os moveu até a direção da escola para reivindicar seus direitos.

A partir do depoimento de educandos do 3º ano do Ensino Médio, verifica-se que os mesmos suscitam a necessidade de ser mais ouvidos e que a escola pedisse mais ideias para melhorar o cotidiano escolar, “a escola sendo nossa, nós temos o dever de participar”, mas acreditam que isso esta começando a mudar a partir da reformulação do PPP, pois em alguns momentos foram chamados a participar das reuniões e debates a cerca da mudança.”

É possível destacar que os educandos possuem uma forte expressão, mas como já afirmado é preciso que a escola incentive e organize o trabalho pedagógico articulado também a expressão dos educandos.

Contudo é preciso deixar claro que nenhum Projeto Político Pedagógico fará mudanças consideráveis se não houver a participação e o empenho dos profissionais da educação e, também se a escola desenvolver uma gestão verdadeiramente democrática, onde as decisões sejam discutidas coletivamente e respeitadas [...]. (CECJM, 2016, p. 85).

A partir desta análise é possível perceber que o PPP do Colégio Estadual do Campo José Martí já apresentou alguns avanços relevantes e em outros aspectos ainda precisa avançar. Portanto apesar de ser descrito na proposta, a questão da participação da Comunidade, por exemplo, ainda necessita ser potencializada. Para que essa participação se efetive e que consiste numa intervenção qualitativa no ambiente e na proposta da escola, compreende-se que esse processo possui algumas etapas necessárias, sendo um mais voltado a preparação e outro vinculado a sua efetivação, por exemplo. Como acontece com a Comunidade que

aparece caracterizada no atual PPP, mas que a escola ainda não deu conta de constituir e fortalecer os espaços necessários para sua participação mais efetiva, para além das questões estruturantes.

Também quando se coloca uma educação voltada à realidade dos sujeitos, através de estudos já se tem um pouco mais claro a questão da Educação do Campo, mas na realidade para transformar a forma de organizar o trabalho pedagógico principalmente dentro da sala de aula torna-se um desafio compreendendo que a maioria dos educadores não possui uma formação específica relacionada à Educação do Campo.

Em alguns momentos a escola tem resgatado alguns princípios da identidade do MST, mas não consegue fortalecer isso no cotidiano da escola. Por sua vez, a Comunidade apresenta-se disposta em contribuir neste processo, considerando seus limites, pois não possui o preparo e a formação mais específica para agir nas questões pedagógicas da escola, o que limita seu campo de atuação. Dessa forma esse processo ocorre de forma lenta, e para que ele avance é necessário que todos, ou a maior parte dos envolvidos se coloquem no sentido de entender e estudar essa proposta de educação pretendida, e por vezes, já anunciada no PPP atual. No entanto, é preciso organizar esse processo, de acordo com a realidade para então poder articulá-la no cotidiano da escola.

Cabe assim, destacar que o PPP sempre estará sujeito a alterações, o que possibilita a sua constante construção e reconstrução considerando que a realidade não está intacta, pelo contrário é dinâmica e aberta de possibilidades, a considerar pela própria realidade e conjuntura do Assentamento que reflete inteiramente na escola. Nesse sentido, o PPP deve atingir seus objetivos, mas o que se espera para esse trabalho é que não seja simplesmente abandonado, mas que seja vivenciado e reavaliado por todos que participaram desse processo.

4.2 COMUNIDADE ASSENTADA E AS PERSPECTIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Como já abordado neste trabalho, a Comunidade do Assentamento Oito de Abril sempre esteve organizada para lutar pela educação, assumindo com

compromisso a reivindicação por uma educação de qualidade às crianças e aos jovens do Assentamento. Nesta trajetória, no princípio colocou-se a luta por ter uma escola dentro do Assentamento, depois sobreveio à necessidade de lutar por uma estrutura melhor e agora com esses ideais já conquistados, a Comunidade também busca avaliar internamente o que ainda precisa buscar, se desafiando juntamente com a escola para seguir avançando numa proposta de educação que contemple a formação integral dos sujeitos.

Em diálogo com integrantes da Comunidade, os mesmos suscitarão que não têm muito conhecimento da proposta pedagógica da escola, portanto percebem que muitas coisas na escola não correspondem com a identidade do MST. Ainda afirmam, “A nossa escola não se diferencia das demais da cidade”

Os educandos do Ensino Médio reforçam que acham a escola tradicional, gostariam que o ensino não se prendesse somente aos livros, que os professores tornassem as aulas interessantes e interligada com a realidade, o que contribuiria para uma maior identificação e aprendizagem dos educandos.

Os educandos reforçam que “a escola não tem muitas características do campo, a gente queria uma escola diferente com mais aulas de teatro, dança, música, que tivesse tempo para trabalhar na horta, e outras atividades culturais e também de lazer, por que aqui no assentamento não existem muitos locais de lazer para a juventude”

Nesse sentido, é perceptível o vínculo que a Comunidade possui com a escola, pois apontam coisas que desejam que mude, mas também reconhecem seu compromisso com essa mudança, e assim como os educandos possuem muitas perspectivas para a construção desta nova proposta pedagógica. Quando indagados sobre a reformulação de um novo PPP, os representantes da Comunidade compreendem que esse processo é muito importante não somente para a escola, mas para o assentamento em geral.

De acordo com os depoimentos sistematizados nas entrevistas, para os educandos o PPP deve mudar para que o ensino possa melhorar, para que os demais colegas se interessem mais em estudar e assim possam ter mais oportunidades de fazer um curso superior.

Assim, o processo de reformulação do novo PPP tem contado com participação da Comunidade e educandos em alguns espaços de debate, mas os

representantes da Comunidade entrevistados indicam que a construção esta concentrada mais na escola.

4.3 O PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Conforme salienta a Coordenação Pedagógica do Colégio Estadual do Campo José Martí a proposta de reconstruir o PPP seria dada inicialmente pela exigência do Núcleo Regional de Educação, pois a atual proposta estaria desatualizada. Com este indicativo, externo à escola e à Comunidade, a questão do PPP tornou-se frequente nas reuniões pedagógicas com os professores.

Os debates realizados durante a greve dos professores, ocorrida em 2015, juntamente com a necessidade de rever algumas questões no cotidiano da escola, impulsionaram fortemente o processo de reformulação do PPP, colocando-o num momento de muita inquietação para mudar a realidade, rever o ensino e a qualidade com que o mesmo estava sendo transmitido na escola.

O art. 12º da LDB indica que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996). Dentro dessa perspectiva fica sob responsabilidade da escola a organização de seu próprio PPP.

A pedagoga, em seu depoimento, reforça ainda, que no momento da greve, síntese de luta e revolta, foi um momento no qual os professores sentiram-se instigados a questionar certas imposições feitas pelo Estado, estando mais preocupados com a qualidade do ensino na escola e o destino que a educação estaria tomando. Este foi um momento muito importante, pois os professores estavam preocupados não só pelos seus direitos, mas pelos cortes que o Governo do Estado estava fazendo na educação e assim conseqüente com a defasagem do ensino.

Para que a construção do projeto pedagógico seja possível, não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e funcionários a trabalhar mais ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. E, para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto. (VEIGA, 2007, p.13).

No momento atual do Colégio José Martí, e as entrevistas realizadas confirmam que há um grande empenho por parte dos professores e da equipe pedagógica para construir uma nova educação. E neste aspecto, um grupo de profissionais que se identifica muito com a realidade da escola e dos educandos, verifica que simplesmente por estar em um Assentamento da Reforma Agrária, o trabalho da escola já se torna um trabalho diferente. Segundo relato da Diretora Terezinha Marilu Rech Pereira, conforme entrevista realizada, “quando você entra no Assentamento você já observa uma dinâmica diferente, quando você olha as casinhas as propriedades organizadas, cada uma tem sua plantação, seu cultivo, é uma diversidade enorme. E quando você chega na escola e logo visualiza uma bandeira do MST, já é uma realidade impactante.” Nesta observação da Diretora, verificam-se com objetividade os desafios que circundam o PPP, pois de acordo com Veiga (2007, p. 11-12), “O projeto pedagógico é [...] um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciada”.

Ainda segundo Veiga (2007), para construir uma proposta político pedagógica diferente se coloca como central considerar o contexto em que a escola está inserida, o que de forma mais específica, implica em identificar os principais sujeitos que interagem com a escola, considerando também as influências de dimensões geográficas, políticas, econômicas e culturais. Portanto é fundamental que o processo de construção do PPP da escola seja realizado a partir de uma dinâmica coletiva, que respeite a identidade de cada sujeito e o compromisso com a comunidade em que a escola está inserida. A prática da organização coletiva também é um forte elemento que a luta do MST nos ensina, pois o processo educativo, no qual não apenas se ensina, mas também se aprende só acontece quando o trabalho é realizado de acordo com o diálogo e a troca de saberes coletivos.

Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta, é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano, e preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade. Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas

que fazem o dia a dia dos Sem Terra, e extrair delas lições de pedagogia, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso temos chamado de Pedagogia do Movimento. (MST, 2005, p. 233).

No ano de 2015, foi o momento em que se iniciaram algumas iniciativas e discussões em torno da reformulação do PPP do Colégio Estadual do Campo José Martí. Em setembro deste mesmo ano, a reformulação do PPP foi pautada na Semana Pedagógica, e contando com a participação dos funcionários, Direção, Coordenação Pedagógica e dos professores. Foram estabelecidos alguns objetivos:

- Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola com a participação dos alunos, professores, funcionários, pais e comunidade;
- Enfatizar a Educação do Campo;
- Garantir momentos de auto/avaliação entre Professores, Funcionários, Educandos, Coordenação Pedagógica e Direção;
- Superar a avaliação classificatória;
- Organizar uma sala de planejamento com Biblioteca do Professor, em que esteja disponível o PPP e o Plano Curricular;
- Esclarecer o papel das instâncias;
- Organizar e dar qualidade a ações festivas e culturais para atrair a participação dos pais e Comunidade, além de ser um espaço para o protagonismo dos estudantes;

Criar mais espaços culturais e artísticos como teatro, amostra de arte, coral, recitais, danças.

Nesse sentido, com os objetivos assumidos, vê-se uma disposição da escola em tornar-se um espaço pedagógico não apenas em sala de aula, mas um espaço formativo que contribua com a emancipação da classe trabalhadora e a formação integral do ser humano. Resgatando também o caráter, a identidade camponesa e a luta do MST.

Ainda durante a Semana Pedagógica, ocorrida em setembro de 2015, em reunião com os Pais, Educandos e Comunidade foram destacados como elementos centrais do debate a compreensão de que a construção do PPP se efetivará com a participação da Comunidade e deve ter como objetivo a consolidação de uma escola

do campo e a garantia na qualidade da educação, bem como, que no novo PPP aborde temáticas como agroecologia e sexualidade.

A partir dos apontamentos dos Educandos surgiram alguns elementos que foram destacados: a interrupção de aulas por conta de jogos, a cor do uniforme, e a falta de cobrança pelo uso do uniforme.

As questões apontadas pelos pais são que o ensino e a aprendizagem estão fracos, é preciso que a escola seja mais rígida com a disciplina.

De forma geral foram apontados alguns encaminhamentos:

- Visitar uma escola com o PPP construído de forma coletiva e com os princípios da Educação do Campo;
- Fazer o resgate histórico de luta pelo Assentamento e pela escola;
- Iniciar o trabalho de construção do PPP.

Posterior a este momento de sistematização coletiva dos desafios postos para na construção contínua do PPP do Colégio José Martí, concentrado na Semana Pedagógica de setembro de 2015, alguns dos encaminhamentos propostos foram realizados. Foi efetivada a criação do Grêmio Estudantil. Realizou-se a visita a uma escola de Assentamento em Londrina. No ano de 2016, desenvolveu-se o projeto de resgate e memória pela luta do Assentamento, através de estudos e prática a partir da pintura nos muros da escola.

Dando sequencia neste processo, em novembro de 2015, a escola organizou uma formação que teve a contribuição de representantes do Setor de Educação do MST, o professor da UFFS Laranjeiras do Sul Alex Verdério e a professora Maria Isabel Grein que elencaram o debate acerca da Educação do Campo e sobre o processo de reformulação do PPP em consonância com a proposta educativa do MST. Essa formação também reuniu a presença dos Professores, da Comunidade e Educandos da escola.

Este debate, promovido a partir do Setor de Educação do MST, foi um importante momento em que foram apresentados os desafios e dificuldades que a escola sinaliza nesse processo, a cobrança com a participação da Comunidade, o que contribuiu muito para uma troca de experiências e compromissos ali assumidos por todos. Também foram retomados alguns princípios da educação do MST, que serão fundamentais neste processo de construção. Dentre os princípios refletidos

naquele momento destacam-se: o preparo dos educandos para o trabalho com a terra; capacitar para a cooperação; uma direção coletiva e democrática; o ensino deve partir da prática e levar o conhecimento científico da realidade; o professor deve ser um militante; a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística popular. (MST, 2005).

Para Veiga, (2007) a construção do PPP deve acontecer sucessivamente em dois momentos, o da concepção e o da execução. Portanto, para que esse trabalho aconteça é fundamental que a escola conheça sua realidade e contribuição, e que busque uma forma de organização do trabalho pedagógico que abandone as relações hierárquicas e busque dialogar através das diferentes instâncias colegiadas.

No que tange a concepção, o PPP deve apresentar o seguinte caráter:

a) Ser um processo participativo de decisões; b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições; c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; d) conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão. (VEIGA, 2007, p. 11)

Para a execução de um projeto de qualidade Veiga (2007), aponta como principais elementos:

a) nasce da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; b) é exequível e prevê as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; c) implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; d) é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporado ambos numa interação possível; (VEIGA, 2007, p. 9 11)

Nesse sentido, na reflexão acerca do PPP, é necessário que a escola tenha clareza da educação que pretende oferecer através da concepção de sociedade que almeja formar. Na Educação do Campo essa concepção parte de uma dimensão social, na formação do ser humano que busque sempre através de seu contexto histórico lutar pela transformação social, pelo direito à reprodução digna da vida, na resistência à hegemonia e à ordem do capital. Conforme Veiga (2007), a construção

do Projeto Político Pedagógico e a possível transformação, implicam desafiar alguns padrões preestabelecidos, papel que cabe a escola rever sua estrutura de poder e autonomia.

Outro elemento importante que aparece como propulsor na reformulação do PPP é o desafio de pensar a partir da complexidade de elaborar um projeto ancorado no diálogo totalmente coletivo e constituir toda essa complexidade num elemento que represente as características específicas e a identidade da escola. Segundo depoimento, sistematizado em entrevista com a pedagoga Salete de Souza Melo, “a escola visualiza a participação dos diferentes sujeitos nesse processo a partir da auto-organização dos educandos, incluindo-os nas discussões mais internas da escola e a comunidade que nos ajudaria a avaliar esse processo e compor as discussões no sentido de questionar para qual escola queremos e como esta deveria ser”. Na sequência de seu raciocínio, a pedagoga aborda como elemento principal “desafiar cada vez mais os educandos, esses sujeitos que devem se inteirar mais no processo educativo e constituir uma autonomia”.

A auto-organização é um elemento sempre presente nas práticas de luta do MST, e essa prática pode contribuir e muito quando pensado o ambiente e o cotidiano escolar no contexto dos Assentamentos e Acampamentos. De acordo com a proposta de educação do MST os educandos devem participar ativamente na organização e funcionamento da escola, estes começam a se organizar quando através de sua autonomia decidem que tarefas vão desempenhar e de que forma vão executar determinadas ações. Aos professores cabe o direcionamento de novos desafios, e com o tempo estes vão assumindo decisões e organizações mais complexas. (MST, 2005).

Em relação a essa autonomia que a escola deve possuir para construir uma nova proposta pedagógica, Cavagnari (1998) traz uma importante consideração, compreendendo que a autonomia da escola é sempre relativa, pois a escola pertence ao Sistema Nacional de Educação, onde as escolas estão submetidas a uma legislação educacional vigente. Contudo, mesmo considerando essa autonomia relativa, ressalta-se que a escola possui sim autonomia de decisão política, o que como analisado anteriormente se traduz na própria elaboração e realização do PPP. Assim, “A autonomia não é algo a ser implantado, mas sim, a ser assumido pela

própria escola. Não se pode confundir [...] a autonomia da Escola com apenas a criação de determinadas decisões administrativas ou financeiras” (AZANHA, 1995 *apud* CAVAGNARI, 1998, p. 98).

Ao refletir sobre os momentos de discussões e estudos relacionados à reformulação do PPP do Colégio José Martí, a Coordenação Pedagógica afirma que esse é um processo contínuo e lento, pois apesar da vontade coletiva ser expressiva, a escola passa por uma série de dificuldades que tornam o processo um pouco complicado. Em consonância com tal afirmação, Cavagnari indica alguns dos entraves relacionados à efetivação do Projeto Político Pedagógico. Um exemplo disso, conforme destacado pelo autor, é em relação ao corpo de docentes e sua rotatividade. Neste aspecto, Cavagnari (2007, p. 99), destaca que muitas vezes os professores trabalham em várias escolas, que resulta no pouco compromisso destes com a escola, pois muitas vezes não conseguem participar com frequência das atividades, e nem mesmo conhecem o projeto pedagógico, o que não permite ao professor uma maior identificação com a mesma.

A Coordenação Pedagógica suscita outro fator de dificuldade a partir da formação e preparação destes profissionais pela falta de espaços para estudo e reflexão do Projeto Político Pedagógico, pois apenas as Reuniões Pedagógicas não dão conta de dialogar todas as questões presentes, ainda mais no que diz respeito à Educação do Campo. Tal questão se impõe, pois, considerando que a maioria dos professores são oriundos da cidade e apesar de conhecerem um pouco da realidade da escola, não tem uma formação específica para trabalhar com a Educação do Campo.

Em seu depoimento, a diretora Terezinha Marilu Rech Pereira acrescenta também que a imposição do Estado delimita muito. Nas palavras da Diretora, “quando a gente dá um passo o estado vem e corta outro, e por mais que a gente tente desviar dessas imposições permanece seguindo suas práticas institucionais, o que fragmenta muito a tomada de atitudes mais concretas.”

Embora a escola encontre alguns limites nesta jornada de construção contínua de seu Projeto Político Pedagógico, ancorando-se numa perspectiva de trabalho coletivo, de resgate da cultura camponesa, bem como, que considere a concepção da Educação do Campo, no contexto do Colégio Estadual do Campo

José Martí e da Comunidade do Assentamento Oito de Abril destaca-se um importante movimento nesta direção. Registrar-se que neste processo foram efetivadas algumas alterações no projeto pedagógico, alterações estas que já vem traçando e compondo a realidade dos sujeitos. Contudo, salienta-se que ainda há muito a dialogar e avançar, pois o PPP estará sempre em construção. E desta forma, a questão do PPP continua sendo pautada nas discussões e espaços de estudo vivenciados, tanto no Colégio Estadual do Campo José Martí, assim como, na Comunidade do Assentamento Oito de Abril, colocando-se como um processo em contínua construção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho fomos traçando o protagonismo de uma história de luta acerca da conquista de direitos, sobretudo a luta pelo direito à educação, o que nos permitiu analisar e inserir-se no debate entorno de um projeto de educação do e no campo. Nesse sentido, podemos observar o alicerce de luta percorrido pelo Colégio Estadual do Campo José Martí no contexto da realidade do MST e a Educação do Campo, trajeto este que tem reflexos no processo de reformulação do PPP.

Buscamos analisar historicamente o início da constituição do Assentamento Oito de abril, espaço que reivindicou atentamente a construção e organização da escola para que todas as famílias Assentadas ou Acampadas tivessem a oportunidade de estudar. Uma luta historicamente constituída pelos Movimentos Sociais Populares do Campo, que sempre tiveram que conquistar com muita “garra” cada espaço nessa sociedade e não é diferente com os direitos alcançados na Educação.

As perspectivas para com a reformulação do PPP estão marcadas principalmente pela necessidade de fazer uma prática pedagógica que contemple o seu histórico de luta, que respeite e potencialize as suas especificidades camponesas. No entanto, ainda existem muitos desafios nesta caminhada. Como indicativo podemos pensar na efetivação de um coletivo de educação que contribua e auxilie nas discussões e encaminhamentos da educação dentro do Assentamento, bem como, na escola.

Outro grande desafio está na formação dos estudantes, tornar o espaço escolar, um espaço de formação de sujeitos críticos e com identidade de classe. Sobretudo, identificando e fazendo da escola, um espaço de amplo aprendizado que adquiram o conhecimento historicamente construído, compreendendo-o como instrumento de luta e de desenvolvimento dos sujeitos e da Comunidade.

O processo de reformulação do PPP sinaliza um importante passo para o Colégio e também para a organicidade do Assentamento que vivenciam momentos de retomada dos princípios educativos do MST que por muitas vezes se perderam com o decorrer do tempo. No processo vivenciado pelo Assentamento e pela escola,

verificaram-se a desarticulação do Setor de Educação e a vinda de professores concursados da cidade, aspectos estes que contribuíram para o enfraquecimento dos princípios organizativos, os quais, muitas vezes, não foram absolvidos pelos sujeitos que não tinham conhecimento desta nova realidade em que se inseriam.

Dessa forma, essa construção contínua da proposta político-pedagógica, que tem como uma de suas expressões o PPP, tem um significado fundamental, tanto para a escola, como para a própria concretização da luta das famílias do Assentamento Oito de Abril, que vêem na escola e na educação um espaço de fortalecimento da organicidade, da identidade e da luta do Movimento. Espaço que poderá articular essa realidade e promover uma formação humanizadora que permita aos educandos se colocarem como sujeitos capazes de se indignar contra as injustiças cometidas nesse mundo e acima de tudo para que a essência da luta construída pelos seus pais não seja simplesmente esquecida pela conquista da escola almejada, mas que potencialize a criação e prática de uma pedagogia voltada e constituída a partir dos povos do campo.

Apontam-se como expectativas a efetivação das propostas sistematizadas neste trabalho através da prática e que a continuidade deste movimento contínuo de reformulação do PPP se instaure como uma realidade frequente no cotidiano no Colégio Estadual do Campo José Martí, apresentando as alterações necessárias, mas também que ocorra a prática de um projeto que seja frequentemente avaliado e retomado pela escola. Considerando os limites que a escola possui para com a organização do trabalho pedagógico, e também como isso irá ser organizado na prática.

Considerando o movimento contínuo da realidade, esse trabalho não tem como objetivo atingir resultados, mas possui caráter de sistematizar e analisar a história de famílias Sem terra, educandos filhos desses assentados e educadores comprometidos com a luta por uma Educação do Campo, verdadeiramente feita para os sujeitos do campo. Portanto, concluo este trabalho, movida por enorme gratidão, pois mesmo não tendo participado enquanto educanda, durante o tempo que estudei nesta escola, de um processo como o atual, hoje tenho a oportunidade de protagonizar esse momento enquanto sujeito integrante da Comunidade, fruto

desta escola, e atualmente na condição de pesquisadora e concluinte do curso de graduação.

REFERÊNCIAS

BUENO, Jaqueline. **A luta e o processo organizativo na constituição do assentamento 8 de abril**. 2014. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Curso especial de Licenciatura em Educação do Campo, Cascavel, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: SEED – Secretaria de Estado da Educação; Departamento do Ensino Fundamental; Coordenação de Educação do Campo. **Cadernos Temáticos: Educação do Campo**. – Curitiba, SEED, 2008. Disponível em: [http://WWW.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos temáticos /caderno temático_campo01.pdf](http://WWW.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos%20tematicos/caderno%20tematico_campo01.pdf)

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Movimento Sem Terra: lições de pedagogia**. Currículo Sem Fronteiras, v. 3, n. 1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. Projeto Político-pedagógico, autonomia e realidade escolar: entraves e contribuições. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (orgs) **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico**. – 12ª ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CECJM – COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO JOSÉ MARTÍ. **Projeto Político Pedagógico**. Jardim Alegre: SEED/PR, 2016.

DALMAGRO, Sandra Luciana. A Escola no contexto das lutas do MST. In: VENDRAMINI, Celia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (orgs). **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro**. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GHEDINI, Cecília Maria; ONÇAY, Solange Todero. Educação do Campo no estado do Paraná: Ações, sujeitos, lugares e disputas tecendo a experiência da articulação

paranaense- 1998-2012. In: GHEDINI, Maria Cecília... [et al.] (org). **Educação do Campo no Estado do Paraná: um registro das lutas, conquistas e desafios (1988-2012)**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

MARTINS, Fernando José. Organização do trabalho pedagógico e Educação do Campo. In: **Educação** – Revista do Centro de Educação, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 93-106, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>

MENDONÇA, Rosangela Carvalho dos Santos. **Assentamento 8 de Abril MST – Protagonistas de sua história**, 2013.

MEC/CNE/CEB. Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. – Brasília: SECADI, 2012.

MEC/CNE/CEB. Resolução nº 1, de 03 de abril de 2002. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. – Brasília: SECADI, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012.

MST. O que queremos com as escolas de assentamentos. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST-Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

MST. Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST-Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

_____. Princípios da Educação no MST. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST- Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

_____. Como fazer a escola que queremos. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST-Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural. In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação e Cidadania nos Assentamentos de Reforma Agrária: projeto, possibilidades e limites. In: **Publicatio UEPG**: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, v. 10, 2002. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/14/11>

STÉDILE, João Pedro; FREI, Sérgio; **A luta pela Terra**. 1.ed. São Paulo. 1993.

VERDÉRIO, Alex *et al.* O MST e a luta por Educação do Campo no Paraná. In. GHEDINI, Maria Cecília... [et al.] (org). **Educação do Campo no Estado do Paraná: um registro das lutas, conquistas e desafios** (1988-2012). Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-Pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (orgs.) **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico**. – 12^a ed. – Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).